

Secretário acha que racionalização reduziria médicos

Hospital Miguel Couto teria a menos cem servidores do que hoje

• O secretário municipal de Saúde, Ronaldo Gazolla, acredita que, com a racionalização do trabalho, poderia reduzir em cem o número de médicos no Hospital Miguel Couto — hoje são 400. Dos 600 profissionais que trabalharão no novo Lourenço Jorge, 102 serão médicos.

Até sexta-feira, Gazolla pretende decidir quais serão as cooperativas — com 102 médicos, 55 enfermeiros, um assistente social, quatro psicólogos e 267 profissionais de nível médio — que trabalharão, de forma emergencial, no Lourenço Jorge. A direção-geral, as chefias e alguns profissionais serão funcionários do município. Em 180 dias, serão feitas licitações para a contratação de cooperativas.

— As cooperativas nos fornecerão pessoal, mas a gerência do hospital continuará com o município — explicou o secretário de Saúde.

Ele acrescentou que o antigo Lourenço Jorge será cedido ao Corpo de Bombeiros para ampliação de seu serviço de atendimento a afogados.

O prefeito César Maia disse na semana passada estar fazendo um esforço sobre-humano para que os hospitais da rede municipal possam proporcionar atendimento médico de emergência a, pelo menos, 30% dos moradores da cidade. Preocupado com a crise da rede hospitalar estadual, ele frisou que os governos federais e o do estado pecam por não dar a devida atenção às questões da saúde pública.

César apresentou como solução para o problema dos hospitais a formação de cooperativas para gerenciá-los:

— É preciso investir para acabar com o problema da saúde. A Prefeitura conseguiu a aprovação do índice de produtividade, elevando o salário dos médicos de US\$ 350, em agosto de 92 (quando foi criado o plano de cargos e salários), para US\$ 800 — ressaltou o prefeito.

César Maia lembrou que a Prefeitura também aumentou a aplicação de verba em saúde pública, elevando a capacidade de atendimento nos hospitais municipais de 8% para 25% da demanda no Rio. E chegará a 30%, tão logo estejam concluídos os processos de pré-municipalização de 15 Postos de Atendimento Médico (PAMs) e quatro maternidades, aumentando assim o nível de aplicação das receitas correntes de 14% para 18% do orçamento.

— As cooperativas apresentam três grandes vantagens comprovadas: sazonalidade do atendimento durante o ano, mudança do perfil do atendimento e manutenção de médicos trabalhando fora de gabinetes. Ou seja, não há desvio de função, pois a hora paga é a hora trabalhada — explicou o prefeito.

Lei manda unidades particulares destinarem leitos a indigentes

Os hospitais, as casas de saúde, as clínicas e as maternidades particulares têm de destinar dez por cento de seus leitos a indigentes e a pessoas carentes. Pelo menos é o que determina a lei 2.397, sancionada pelo prefeito César Maia e publicada ontem no Diário Oficial do município.

A nova lei condiciona a sua aplicação a convênios a serem celebrados entre a Secretaria municipal de Saúde e as entidades particulares. O órgão fixará ainda as normas e as condições do atendimento. A secretaria de Saúde tem prazo de 60 dias para regulamentar a lei 2.397. ■